

Emergência das políticas de descentralização em
matéria de educação: uma contextualização
histórica e legislativa em Portugal

The emergence of decentralization policies in the
field of education: a historical and legislative
contextualization in Portugal

Ana Filipa Silva e Ismael Vieira

Ana Filipa Silva

Câmara Municipal de Gondomar, Divisão de Prospetiva Educativa

ORCID: 0000-0002-5111-1996

Ismael Vieira

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20)

ORCID: 0000-0003-2054-5123

https://doi.org/10.14195/1647-8622_21_2

EMERGÊNCIA DAS
POLÍTICAS DE
DESCENTRALIZAÇÃO EM
MATÉRIA DE EDUCAÇÃO:
UMA CONTEXTUALIZAÇÃO
HISTÓRICA E LEGISLATIVA
EM PORTUGAL

As ideias de descentralização e de valorização do poder local emergiram nas décadas de 1960 e 1970 como alternativa à centralização. Encarada como uma resposta de proximidade política, a descentralização foi vista como uma forma de permitir uma satisfação mais eficaz e eficiente das necessidades do dia-a-dia dos cidadãos.

Deste modo, as autarquias passaram a intervir no campo educativo, tendo-se assistido a uma crescente responsabilização e envolvimento destas nesta matéria, através da delegação de competências para os Municípios, bem como na celebração de contratos de autonomia com as escolas.

Com este estudo pretende-se discutir de um ponto de vista histórico e legislativo as lógicas da administração local e compreender o papel do Município na administração e gestão da Educação, desde o 25 de abril até a atualidade. Para tal, recorreremos principalmente a bibliografia específica acerca do tema e fontes legislativas, utilizando do ponto de vista metodológico pesquisa e análise documental.

Palavras-chave: Descentralização na Educação; Município; Programa Aproximar Educação.

THE EMERGENCE OF
DECENTRALIZATION
POLICIES IN THE FIELD OF
EDUCATION: A HISTO-
RICAL AND LEGISLATIVE
CONTEXTUALIZATION
IN PORTUGAL

The notions of political decentralization and the empowerment of local authorities started to emerge in the 1960s and 1970s as an alternative to the well-established practices of centralization. Considered a measure of political proximity, decentralization was seen as likely to allow for a more effective and efficient response to every-day concerns and needs of citizens.

Accordingly, municipalities were granted partial intervention on the field of education. The increasing responsibilities and involvement of Municipalities on education resulted in a decentralized delegation of competences and the signing of autonomy contracts with schools.

The aim of this study is to discuss, from a historical and legislative point of view, the logic of local administration and to understand the role of the Municipality in the administration and management of Education, from the 25th of April (1974) to the present. To accomplish this, we relied mainly on the specific bibliography and legislative sources on the subject, resorting methodologically to research and document analysis.

Keywords: Decentralization in Education; Municipality; Programa Aproximar Educação.

ÉMERGENCE DES
POLITIQUES DE
DÉCENTRALISATION EN
MATIÈRE D'ÉDUCATION:
CONTEXTE HISTORIQUE
ET LÉGISLATIF
AU PORTUGAL

Les idées de décentralisation et de valorisation du pouvoir local sont apparues dans les années 60 et 70 comme une alternative à la centralisation. Regardée comme une réponse de proximité, la décentralisation procure une satisfaction plus efficace et efficiente des besoins réels des citoyens.

C'est ainsi que les communes ont commencé à intervenir dans le domaine de l'éducation et ont progressivement assumé une implication et une responsabilité croissantes dans ce domaine, notamment à travers la délégation de compétences aux communes, ainsi que par la signature de contrats d'autonomie avec les écoles.

Le but de cette étude est de discuter, d'un point de vue historique et législatif, de la logique de l'administration locale et de comprendre le rôle de la Municipalité dans l'administration et dans la gestion de l'Éducation, depuis 25 avril 1974 et jusqu'à nos jours. Pour ce faire, nous avons principalement utilisé la bibliographie spécifique sur le sujet et les sources législatives, tout en utilisant, du point de vue méthodologique, recherche et analyse documentaire.

Mots clés: Décentralisation dans l'éducation; Municipalité; «Programa Aproximar Educação».

Introdução

As críticas ao centralismo e à reprodução das desigualdades pela escola nas décadas de 1960 e 1970 conduziram à emergência das ideias de descentralização e de valorização do poder local. Considerada como uma resposta de proximidade, a descentralização caracteriza-se pelo envolvimento dos parceiros locais na tomada de decisão, entregando às comunidades educativas locais a gestão dos seus interesses.

Deste modo, o campo educativo passou a contar com outros atores para além do Estado Central, tais como as Autarquias, o que se traduziu na delegação de competências para os Municípios, bem como na celebração de contratos de autonomia com as escolas. Tem-se assistido a uma alteração paulatina do papel das Autarquias na Educação, com uma atribuição de mais funções e competências, assumindo uma responsabilidade acrescida na resposta e satisfação de necessidades públicas.

Este artigo contempla uma reflexão acerca dos conceitos de centralização e descentralização no que às políticas de administração na educação diz respeito.

É feita, ainda, uma contextualização histórica e legislativa do processo de descentralização em educação em Portugal, através do enquadramento das formas de pensar a descentralização em três fases distintas.

Contém, por fim, uma análise acerca do Programa Aproximar Educação, descrevendo as competências delegadas e apresentando uma breve reflexão acerca dos alcances e limites da implementação do PAE.

1. Centralização e Descentralização

Atendendo ao tema de estudo, importa discutir os conceitos de centralização e descentralização, procurando compreender as vantagens de cada uma das políticas de administração e em que circunstâncias/momentos se justifica a sua prevalência e/ou a sua convivência.

Segundo Formosinho¹, existe uma relação indissociável entre a adoção dos modelos de administração pública e as concepções de democracia, na medida em que uma democracia societária “realça o papel do Estado e a dimensão comunitária o papel da comunidade na orientação e realização da actividade educativa”².

A centralização implica que “a responsabilidade e o poder de decidir se concentram no Estado ou no topo da Administração Pública cabendo às restantes estruturas administrativas (...) apenas a função de executar as directrizes e ordens emanadas desse poder central”³. Ora, este modelo subentende a existência de uma hierarquia, na qual os superiores ditam as diretrizes para os inferiores executarem.

¹ FORMOSINHO, João – “Centralização e Descentralização na administração da escola de interesse público”. In FORMOSINHO, João *et al.* (Org.) – Administração da Educação: Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação. Porto: Asa, 2005. ISBN 979-989-8366-77-1. p. 13-52.

² *Idem, ibidem*, p. 13.

³ FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e Territorialização educativa”. In COSTA, Jorge Adelino; NETO-MENDES, António e VENTURA, Alexandre – Políticas e Gestão Local da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004. ISBN 972-789-145-4. p. 54.

O modelo centralizador pressupõe uma “concepção rousseauiana em que a democracia é a imposição da vontade geral (...), rejeitando a intervenção na política de quaisquer corpos intermédios entre o Estado e o povo”⁴. Ou seja, o Estado define quais as necessidades, preocupações e problemas que podem surgir e elabora uma resposta comum para aquelas situações, que deverão ser seguidas a nível nacional, não permitindo atender às especificidades que iam surgindo.

Nas décadas de 1960 e 1970, as ideias de descentralização e de valorização do poder local emergiram como tentativa de resposta às críticas ao centralismo e à reprodução das desigualdades pela escola⁵. Consequentemente, “nos anos de 1980 e de 1990, os temas da descentralização, da autonomia, da participação, do projeto educativo de escola, da gestão local da escola, da Territorialização das políticas e da acção educativas e outros, entraram claramente na agenda política e científica”⁶.

Portanto, “o campo educativo passou a contar com outros actores para além do Estado e do seu aparelho administrativo”⁷, tais como as Autarquias, que “são pessoas colectivas públicas de população e Território, dotadas de autonomia administrativa e financeira relativamente ao poder central”⁸. Isto é, o papel das Autarquias na educação tem vindo a alterar-se, no sentido de lhe serem atribuídas mais funções e competências, tendo uma responsabilidade acrescida na resposta e satisfação de necessidades públicas.

Assim, percebe-se que “O local surge [...] como uma instância de relegitimação da acção pública”⁹, o que faz com que este passe “a ser encarado também como Estado, mas como uma espécie de «Estado local de emergência»”¹⁰.

Encarada como uma resposta de proximidade, que permite uma satisfação mais eficaz e eficiente das necessidades reais dos cidadãos, a descentralização “acarreta a focagem no específico e no particular num estabelecimento de redes sociais e institucionais locais, podendo, por isso, gerar morfologias organizacionais diversas”¹¹.

Segundo Fernandes,¹² “a descentralização é fundamentalmente uma opção política quer se procure aceder a formas rigorosas de descentralização – de cedência do poder por parte do governo central – quer se trate apenas de medidas correctoras da Centralização – medidas de Desconcentração ou delegação”.

No Quadro 1 são elencados os argumentos favoráveis à centralização e à descentralização, nos domínios político, económico-administrativo e pedagógico, a partir das reflexões de Fernandes¹³ e organizadas por nós.

⁴ FORMOSINHO, João – “Centralização... p. 31.

⁵ FERREIRA, Fernando – O local em Educação: animação, gestão e parceria. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. 575 p. ISBN 972-31-1135-7.

⁶ *Idem, ibidem*, p. 101-102.

⁷ *Idem, ibidem*, p. 85.

⁸ PINHAL, João – “A Intervenção do Município na Regulação Local da Educação”. In BARROSO, João *et al.* – A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Actores. Universidade de Lisboa: Educa/Unidade de I & D de Ciências da Educação, 2006. p. 102.

⁹ FERREIRA, Fernando – O local em Educação... p. 102.

¹⁰ *Idem, ibidem*, p. 102.

¹¹ LEITE, Carlinda – “A Territorialização das políticas e das práticas educativas”. In LEITE, Carlinda (org.) – Mudanças curriculares em Portugal: Transição para o século XXI. Porto: Porto Editora, 2005. p. 16.

¹² FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e... p. 68.

¹³ *Idem, ibidem*.

Quadro 1 – Centralização vs Descentralização

	Argumentos da centralização	Argumentos da Descentralização
Razões políticas	<ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a unidade do Estado contra as tendências separatistas locais ou regionais; - Aplicar uma política educativa coerente em todo o Território nacional; - Impedir o controlo da educação por grupos de interesses corporativos, organizações sindicais, ou movimentos radicais; - Contrariar a manutenção das desigualdades entre regiões e localidades; - Assegurar um currículo idêntico para todos os cidadãos; - Transmitir um património comum e valores considerados como fundamentais da identidade cultural do país; - Impedir tendências racistas ou xenófobas a nível local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver a cooperação entre parceiros e atores educativos; - Aprofundar o exercício da democracia; - Entregar às comunidades educativas locais a gestão dos seus interesses; - Possibilitar a incrementação de projetos educativos locais integrados, tendo em conta o desenvolvimento pessoal e comunitário dos jovens em formação; - Obter a colaboração de cooperadores locais nos processos educativos desenhados pelas escolas.
Razões económicas e administrativas	<ul style="list-style-type: none"> - Impedir a multiplicação de intermediários ou a duplicação de esforços diferentes entidades educativas; - Reduzir os custos do ensino, fazendo gestão de escala n gestão do sistema educativo; - Assegurar estruturas e regras uniformes para todas as escolas, no que respeita à gestão administrativa, patrimonial, financeira e de gestão do pessoal; - Suprir a incapacidade local de assumir custos elevados com equipamentos ou pessoal especializado; - Impedir ou controlar a corrupção e os nepotismos desenvolvidos por grupos locais de pressão; - Promover a uniformização da organização pedagógica e da avaliação; - Facilitar a mobilidade de emprego docente dentro de todo o Território nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acelerar o processo de decisão, através da proximidade local dos decisores, reduzindo a burocracia e o percurso pelos vários canais hierárquicos da administração; - Permitir decisões mais adequadas às decisões concretas a que se aplicam; - Envolver os implicados nos processos de decisão, aumentando a sua corresponsabilidade e o envolvimento pessoal na aplicação; - Permitir um uso mais eficiente dos recursos educativos e comunitários; - Reduzir os encargos financeiros do governo, através da obtenção de financiamentos locais.
Razões pedagógicas	<ul style="list-style-type: none"> - Compensar a carência de preparação de professores e administradores educativos, através de um maior dirigismo administrativo e pedagógico assumido pela Administração Central; - Garantir uma formação adequada nas matérias básicas, através de programas mais taxativos e de exames nacionais para todos os alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Flexibilizar os currículos introduzindo componentes locais no currículo nacional ou, pelo menos, adaptações locais dos currículos nacionais; - Desenvolver perfis de formação que tenham em conta a personalidade e o contexto familiar e social de cada aluno; - Diversificar as modalidades e cursos e formação e introduzir pedagogias participativas; - Possibilitar a elaboração de pactos e parcerias educativas com outros agentes e organizações locais; - Envolver todos os implicados nos processos educativos, de forma a potencializar as aprendizagens e reforçar a cooperação e responsabilização local.

De acordo com Fernandes¹⁴, é possível conciliar “uma certa centralização com descentralização e autonomia”, visto estas não serem excludentes entre si. Ou seja, o papel centralizador do Estado é essencial para alcançar alguns objetivos nacionais, garantir recursos e condições de igualdade e as políticas de descentralização possibilitam maior flexibilidade e diversidade nas formações, bem como maior proximidade nas decisões educativas¹⁵. Assim, é pertinente que exista intervenção direta do Estado na definição de algumas diretrizes a nível nacional e que, simultaneamente exista espaço para uma intervenção local, mais descentralizada, de forma a atender a todas as situações e realidades.

2. Emergência das políticas de descentralização

Portugal é um país de tradições centralistas no que à administração da educação diz respeito, no entanto surgem aquando da “Reforma do Marquês de Pombal entre 1750 e 1777, alguns períodos de afirmação dos ideais municipalistas”¹⁶.

Na época da Monarquia Constitucional, foram delegadas algumas competências nas Autarquias, nomeadamente “cuidar das escolas de primeiras letras e de outros estabelecimentos de educação que foram pagos pelos rendimentos públicos”¹⁷. No entanto, assistiu-se a algum alheamento dos Municípios em relação às suas competências¹⁸.

Esta “evocação do papel educativo do Município tornou-se habitual no decurso da II República iniciada em 1974”¹⁹. No entanto, foi a partir de

meados dos anos 80, e em particular a partir da aprovação da *Lei de Bases do Sistema Educativo* (1986) que se configurou, timidamente, um “modelo” de administração (para o ensino não superior) com um limitado grau de Descentralização e um relativo alargamento da autonomia das escolas²⁰.

O papel dos Municípios no que diz respeito à administração e gestão da educação pode ser organizado em três momentos distintos, de acordo com Fernandes²¹. Desta forma, num primeiro momento, situado no tempo entre 1976 e 1986, o Município era considerado “um serviço periférico de apoio à educação infantil e básica obrigatória”²².

¹⁴ *Idem, ibidem*, p. 75.

¹⁵ *Idem, ibidem*.

¹⁶ FREITAS, Maria Agostinha Ribeiro – *Municipalização da Educação?: O PROGRAMA APROXIMAR*. Porto: Politécnico do Porto, 2015. 119 p., p. 26.

¹⁷ PINHAL, João – “A Intervenção do Município...” p. 16.

¹⁸ FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e...”

¹⁹ *Idem, ibidem*, p. 35.

²⁰ BARROSO, João – “A escola entre o local e o global – perspectivas para o século XXI: o caso de Portugal”. In BARROSO, João (Ed.) – *A escola entre o local e o global: perspectivas para o século XXI*. Lisboa: Educa, 1999. ISBN 972-8036-23-X. p. 137-138.

²¹ FERNANDES, António Sousa – *Descentralização da Administração Educacional: A Emergência do Município como Interventor Educativo*. Lisboa, Congresso do Fórum Português de Administração Educacional, 2003.

²² *Idem, ibidem*, p. 3

Mais tarde, aquando da Lei de Bases do Sistema Educativo, o Município passa a ser percecionado como “um parceiro privado com uma função supletiva em relação ao sistema educativo público”²³. Na última fase apresentada, o Município é visto como “um participante público na promoção e coordenação local da política educativa”²⁴.

2.1. O Município como um serviço periférico de apoio à educação infantil e básica obrigatória (1974-1986)

Entre o 25 de abril de 1974 e a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1986, “a ligação dos Municípios com a escola era meramente financeira, embora tenham recuperado a autonomia que lhes tinha sido retirada durante a vigência do Estado Novo”²⁵.

Neste período o Estado detinha controlo total sobre o sistema educativo (políticas educativas, currículo, gestão dos estabelecimentos de ensino e organização pedagógica).

Apenas com a promulgação da Constituição Portuguesa em 2 de abril 1976, é que as Autarquias passam a ser “encaradas como entidades distintas e independentes do Poder Central apenas tuteladas por este, para correção dos seus procedimentos de gestão autárquica e não do mérito das suas decisões”²⁶. Este garantir de atribuições próprias aos Municípios (e não apenas aquelas que foram delegadas pelo poder central), é o traço mais marcante deste período pós 25 de abril, na medida em que demonstram o reconhecimento de que “a descentralização e a autonomia das Autarquias locais seriam os pilares estruturantes de um regime democrático”²⁷.

Em 1977 é promulgada a Lei do Poder Local (Lei n.º79/77 de 25 de outubro), que ainda que delegue competências para os Municípios em diversas áreas, é demasiado genérica. No seguimento desta Lei, é aprovada a Lei das Finanças Locais (Lei n.º 1/79 de 6 de janeiro) que “confere ao poder local a posse de património e finanças próprias, criando capacidade de gestão às entidades locais”²⁸.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º77/84 consagra a transferência de competências ao nível da ação social escolar, transporte escolar e investimentos na educação pré-escolar e ensino básico²⁹.

Portanto, percebe-se que neste período o Município era proprietário dos edifícios escolares e por apoio financeiro, mas não tinha qualquer influência sobre as políticas educativas, sendo apenas um parceiro contributivo (Quadro 2).

Ou seja, o papel do Município ao nível da educação consiste, exclusivamente, em prestar apoio à educação infantil e básica obrigatória, complementando assim as competências do Ministério da Educação. Desta forma, não são valorizadas as potencialidades

²³ *Idem, ibidem*, p. 3.

²⁴ *Idem, ibidem*, p. 3.

²⁵ FREITAS, Maria Agostinha Ribeiro – Municipalização... p. 27.

²⁶ PINHAL, João – “A Intervenção... p. 102.

²⁷ FREITAS, Maria Agostinha Ribeiro – Municipalização... p. 29.

²⁸ *Idem, ibidem*, p. 29.

²⁹ BARROSO, João – “A escola entre o local e o global...”

do Município enquanto parceiro do Ministério da Educação, ao nível da criação de uma estratégia educativa.

Quadro 2 – O papel dos Municípios na educação de 1974 a 1986

Fonte: PEREIRA, Fernanda Natália Lopes – A municipalização da educação... p. 30.

1974-1986	
<i>O Município como contribuinte público das despesas educativas</i>	
<ul style="list-style-type: none">• Decreto-Lei n.º 221/74, de 27 de maio – regulamenta as Comissões de Gestão;• Decreto-Lei n.º 735-A/74, de 21 de dezembro – cria o Conselho Directivo das escolas;• Lei n.º 1/79, de 6 de janeiro – aprova o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) que confere às freguesias, municípios e regiões administrativas a posse do património e finanças próprias – confere capacidade gestionária;• Decreto-Lei n.º 77/84, de 8 de março – remete para os municípios a responsabilidade de investimentos em vários domínios, um dos quais a educação;• Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de março – atribui aos municípios responsabilidades relativamente <i>aos interesses próprios, comuns e específicos das populações locais</i>;• Lei n.º 35/91, de 27 de junho;• Lei n.º 159, de 14 de setembro;• Lei n.º 169, de 18 de setembro;• Decreto-Lei n.º 299/84, de 5 de setembro – <i>regula a transferência para os municípios das competências de organização, financiamento e controle de funcionamento dos transportes escolares</i> e define o Conselho Consultivo dos Transportes Escolares;• Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de setembro – regular as competências dos municípios no âmbito da Acção Social Escolar.	

2.2. O Município como um parceiro privado com uma função supletiva em relação ao sistema educativo público (1986-1996)

A Lei de Bases do Sistema Educativo de 1986 marca o início da segunda fase acima referida, na medida em que nesta, é reconhecido “um papel educativo ao Município em certas áreas ou modalidades do sistema educativo”³⁰.

Desta forma, é feita referência ao papel do Município ao nível da “educação pré-escolar, da formação profissional, da educação especial, da ocupação de tempos livres e de outras modalidades de educação extra-escolar”³¹.

Ainda nesta segunda fase identificada, é relevante fazer referência aos Decreto-Lei n.º 3/87, Decreto-Lei n.º 361/89 e Decreto-Lei n.º 133/93. Estas apresentam “[m]edidas de desconcentração territorial e funcional de serviços da administração central do Ministério da Educação”³². Envolvem a criação de direcções-regionais, bem como o reforço das suas competências.

³⁰ FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e... p. 37.

³¹ *Idem, ibidem*, p. 37.

³² BARROSO, João – “A escola entre o local e o global... p. 138.

O Decreto-Lei n.º 26/89 consagra a criação das escolas profissionais, valorizando as iniciativas da sociedade civil, no que à prestação serviços educativos locais diz respeito³³.

O Decreto-Lei n.º 179/91 consagra o “[o]rdenamento jurídico da direção e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”³⁴. Este diploma valoriza a integração de elementos da comunidade local na administração da escola.

Nesta fase, o município complementa a ação do sistema educativo público, assumindo competências de cariz educativo e tendo assento nos Conselhos de Escola. Assiste-se também a uma crescente relevância das iniciativas da sociedade civil.

Quadro 3 – O papel dos Municípios na educação de 1986 a 1996

Fonte: PEREIRA, Fernanda Natália Lopes – A municipalização da educação... p. 32

1986-1996	
<i>O Município como parceiro social</i>	
<ul style="list-style-type: none">• Lei n.º 46/86, de 14 de setembro – Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) <i>promove a descentralização e desconcentração das estruturas administrativas a nível nacional, regional autónomo, regional e local</i> (artigo 43.º);• Decreto-Lei n.º 3/87, de 3 de janeiro;• Decreto-Lei n.º 361/89, de 18 de outubro;	} Desconcentração dos Serviços Centrais com a criação das Direcções Regionais de Educação (DRE's)
<ul style="list-style-type: none">• Lei n.º 1/87, de 6 de janeiro – revisão da Lei de Finanças Locais;• Lei n.º 31/87, de 9 de julho – prevê a representação de dois elementos da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) no Conselho Nacional de Educação;• Decreto-Lei n.º 357/88, de 13 de outubro – criação dos Conselhos de Gestão dos fundos de manutenção e conservação das escolas, com representantes da autarquia, associações de pais e estudantes;• Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro – criação de escolas profissionais pelos municípios, entendida como resposta às necessidades locais de formação;• Despacho 8/SERE/89, de 3 de fevereiro – prevê a inclusão das autarquias nos Conselhos Cusultivos dos Conselhos Pedagógicos das escolas básicas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;• Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de maio – prevê a inclusão da autarquia nos Conselhos de Escola.	

2.3. O Município como um participante público na promoção e coordenação local da política educativa (1996-Presente)

Um diploma relevante, que se enquadra na terceira fase apresentada, é o Despacho 147-B/ME/96, que consagra a criação das Escolas TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) onde são valorizadas as parcerias locais³⁵.

³³ *Idem, ibidem.*

³⁴ *Idem, ibidem*, p. 138.

³⁵ BARROSO, João – “A escola entre o local e o global...”

A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97) em articulação com o Decreto-Lei n.º 147/97 consagra o ordenamento jurídico da educação pré-escolar, na sequência da Lei de Bases do Sistema Educativo, estipulando que a planificação das atividades de animação e de apoio à família é da responsabilidade dos órgãos competentes do agrupamento e do Município. Já, através do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho, ampliou-se a rede nacional de educação pré-escolar pública e privada. Estes dois diplomas determinam a integração na rede pública dos jardins-de-infância, a funcionar na dependência direta das Autarquias, sendo que estas também começaram a assumir responsabilidade pela contratação do pessoal não docente.

Através do Despacho 4848/97, foi introduzida a “gestão flexível dos currículos”³⁶, que procura permitir a adequação do currículo nacional às especificidades do local.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos seus agrupamentos, atribuindo aos Municípios várias competências, nomeadamente na organização da oferta local e na direção dos estabelecimentos de ensino. Previa que Autarquia local integrasse a Assembleia da Escola – órgão responsável pelas linhas orientadoras da atividade da escola. Esta flexibilidade na organização visa permitir o desenvolvimento do projeto educativo das comunidades educativas e uma gestão mais eficaz dos recursos disponíveis.

A Lei n.º 159/99 estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as Autarquias locais, indicando no seu artigo 19.º, n.º 2, alínea b, a competência dos órgãos municipais para criar os Conselhos Locais de Educação (CLE) e para elaborar a Carta Escolar. Em consequência, a Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribui, no seu artigo 53.º, n.º 4, alínea c, competência à Assembleia Municipal para deliberar acerca da criação do Conselho Local de Educação e da Carta Escolar, de acordo com a lei.

Através do Decreto-Lei n.º 7/2003, ocorreram transferências de competências em matéria de educação para as Autarquias, nomeadamente no que concerne ao ordenamento da rede educativa, tornando os Municípios corresponsáveis com o Ministério da Educação quanto aos resultados. Este Decreto-Lei, também, alterou a denominação de Conselho Local de Educação para Conselho Municipal de Educação, regulando as suas competências e composição. A Carta Escolar foi nomeada Carta Educativa e foram definidas as condições necessárias para a sua elaboração, aprovação e revisão. É, ainda, importante referir que a constituição do Conselho Municipal de Educação e a elaboração da Carta Educativa passaram a ser obrigatórias.

O Decreto-Lei n.º 75/2008 estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. Este consagra, também, a participação da Autarquia no Conselho Geral – órgão máximo de gestão da escola.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 144/2008 contempla transferências de competências para os Municípios, em matéria da educação do Ensino Básico, de acordo com o regime previsto na Lei n.º 159/99. Este diploma determina, ainda, que a transferência depende da existência da Carta Educativa e da celebração de Contratos de Execução entre o

³⁶ *Idem, ibidem*, p. 139.

Ministério da Educação e os Municípios. Os Municípios que assinaram este contrato assumem a responsabilidade pela gestão de todo o pessoal não docente das escolas básicas e da educação pré-escolar, a gestão do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do Ensino Básico e a gestão do parque escolar nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico.

Desta forma, os Municípios, neste momento, têm diversas competências na área da educação: construir, apetrechar e manter os jardins-de-infância e as escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública e participar na construção das escolas dos 2.º e 3.º ciclos, assegurar a gestão dos refeitórios dos jardins-de-infância e das escolas do 1.º ciclo do ensino básico da rede pública, gerir o pessoal não docente da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, assegurar os transportes escolares, comparticipar na ação social escolar, apoiar atividades complementares de ação educativa na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico e participar no apoio à educação extra-escolar³⁷. Para além disso, devem constituir os Conselhos Municipais de Educação, elaborar a Carta Educativa, propor ou dar parecer sobre a constituição de Agrupamentos de Escolas, integrar as assembleias de escola e de agrupamento e intervir, na celebração de contratos de autonomia de escolas e agrupamentos³⁸.

A Lei n.º 75/2013 aprova o estatuto das entidades intermunicipais e estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para estas e para as Autarquias locais. Prevê, ainda, a delegação de competências através de contratos interadministrativos a celebrar entre o Governo e os Municípios, numa lógica de aprofundamento da descentralização.

Ainda que se reconheça a importância da legislação na crescente autonomia das Autarquias, de acordo com Pinhal³⁹,

A crescente intervenção municipal na área da educação e da formação não é uma decorrência directa e linear da evolução da legislação sobre a administração do sistema educativo. Antes pelo contrário, a legislação pareceu ir sempre a “reboque” de experiências que, entretanto, os agentes locais, designadamente os Municípios, já iam levando a cabo.

De acordo com a Comissão de Apoio à Reestruturação do Equipamento e da Administração do Território⁴⁰ “[e]xiste uma capacidade e uma experiência nas Autarquias municipais que são garante de que estas podem assumir novas atribuições e competências, desde que acompanhadas dos meios necessários ao seu desempenho”. Assumindo que existe um conjunto de competências da Administração Central que as Autarquias teriam capacidades para desempenhar e que o poderiam fazer numa lógica de proximidade, seria desejável que estas fossem transferidas para os Municípios⁴¹.

³⁷ PINHAL, João – “A Intervenção do Município...

³⁸ *Idem, ibidem*.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 104.

⁴⁰ COMISSÃO DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO – Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1998. 181 p. ISBN 972-97850-0-7. p. 43.

⁴¹ *Idem, ibidem*.

Quadro 4 – O papel dos Municípios na educação de 1996 a 2015

1996-2015	
<i>O Município como um participante público na promoção e coordenação local da política educativa</i>	
<ul style="list-style-type: none"> • Despacho 147-B/ME/96, de 1 de agosto – consagra a criação das TEIP; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar; • Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de junho; 	Ordenamento jurídico da educação pré-escolar a funcionar na dependência directa das Autarquias
<ul style="list-style-type: none"> • Despacho 4848/97, de 30 de julho – foi introduzida a gestão flexível dos currículos, que procura permitir a adequação do currículo nacional às especificidades do local; • Decreto-Lei n.º 115-A/98, de 4 de maio – aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, bem como dos seus agrupamentos; 	
<ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 159/99, de 14 de setembro; • Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro 	Criação do Conselho Municipal de Educação e da Carta Educativa
<ul style="list-style-type: none"> • Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril – estabelece o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário; • Decreto-Lei n.º 144/2008, de 14 de setembro – contempla transferências de competências para os Municípios, em matéria da educação do Ensino Básico; • Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – aprova o estatuto das entidades intermunicipais e estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para estas a para as autarquias locais. 	

Todavia, é de realçar que ao aumento de responsabilidades e competências das Autarquias deverá corresponder uma dotação financeira adequada às funções a desempenhar⁴².

Ao longo dos anos tem-se assistido a discussões sobre a importância do poder local na definição de políticas educativas. Isto traduziu-se na delegação de competências para os Municípios, bem como na celebração de contratos de autonomia com as escolas⁴³.

Neste seguimento, em 2015 emergiu um projeto-piloto denominado Programa Aproximar Educação (PAE), que procura aproximar as comunidades locais do poder de decisão, assentando na articulação dos Municípios com as escolas, com os encarregados de educação e com a comunidade, no geral.

⁴² PINHAL, João. – “Os municípios e a provisão pública de educação”. In COSTA, Jorge Adelino; NETO-MENDES, António e VENTURA, Alexandre – Políticas e Gestão Local da Educação. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004. p. 45-60.

⁴³ MACHADO, Joaquim; ALVES, José Matias – Município, Território e Educação: a Administração Local da Educação da Educação e da Formação. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2014. 84 p. ISBN 978-989-8366-77-1.

2.3.1. O Programa Aproximar Educação

Na sua génese, o Programa Aproximar Educação (PAE) assenta na articulação dos Municípios, com as escolas, com os encarregados de educação e com a comunidade, no geral. Atendendo à natureza do PAE, percebe-se que a parte central deste processo se prende precisamente com a forma como as diversas entidades comunicam, negociam e tomam decisões.

O PAE pretende valorizar o local, através da delegação de competências para os Municípios, no sentido de possibilitar uma maior autonomia pedagógica, curricular, bem como administrativa e organizativa. Este programa tem como objetivos: promover a qualidade do serviço público de educação; promover a eficiência e eficácia na prestação do serviço a um nível mais próximo; garantir a universalidade e a democraticidade do ensino; promover a participação e envolvimento de todos os agentes e parceiros educativos, sob o princípio duma gestão imparcial e transparente; e promover sinergias e potencialidades resultantes do envolvimento da comunidade local no projeto educativo.

No diploma referente ao PAE (Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro) são elencadas diversas medidas/ações que atualmente são asseguradas pelos Municípios que assinaram este contrato de delegação de competências, nos domínios da gestão escolar e das práticas educativas; da gestão curricular e pedagógica; da gestão dos recursos humanos; da gestão orçamental e de recursos financeiros; e da gestão de equipamentos e infraestruturas.

No Quadro 5 são elencadas as competências que foram delegadas para os Municípios, em cada um dos domínios supracitados.

No entanto, de acordo com Lima⁴⁴, apesar da delegação de competências nos vários domínios elencados acima, “a centralização permanece sobre tudo aquilo que tem relevância política, administrativa e financeira”.

O Contrato Interadministrativo de Delegação de Competência foi assinado com quinze Municípios: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Maia, Matosinhos, Mealhada, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila Nova de Famalicão e Vila de Rei. No entanto, o Município da Maia denunciou este contrato, não tendo iniciado a sua implementação e ficando assim reduzidos a catorze os Municípios que contratualizaram e executaram a delegação de competências.

Seguindo uma lógica de descentralização, o Estado “recorre a (...) parcerias, pactos ou contratos para envolver outras entidades territoriais ou institucionais, públicas ou privadas na realização dos projetos de interesse público”⁴⁵. Neste âmbito, o Estado tem privilegiado a celebração de contratos de ação pública, tal como os Contratos de Educação e Formação Municipal⁴⁶.

A Matriz de Responsabilidades surge anexada ao Contrato e explicita o papel do Município, dos Agrupamentos de Escolas e do Ministério da Educação em cada uma das

⁴⁴ LIMA, Licínio – “O Programa “Aproximar Educação”, os municípios e as escolas: Descentralização democrática ou desconcentração administrativa”: Revista Questões atuais de Direito Local. N.º 05 (2015) p. 20.

⁴⁵ FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e... p. 14.

⁴⁶ MACHADO, Joaquim – “A gestão local da educação escolar”: Revista Portuguesa de Investigação Educação. N.º 15 (2015) p. 11-34.

Quadro 5 – Competências delegadas para os Municípios, no âmbito do PAE

Fonte: Decreto-Lei n.º 30/2015

Gestão escolar e das práticas educativas	Gestão curricular e pedagógica	Gestão dos recursos humanos	Gestão orçamental e de recursos financeiros	Gestão de equipamentos e infraestruturas
Definição do plano estratégico educativo municipal ou intermunicipal;	Definição de normas e critérios para o estabelecimento das ofertas educativas e formativas, e respetiva distribuição, e para os protocolos a estabelecer na formação em contexto de trabalho;	Recrutamento, gestão, alocação, formação e avaliação do desempenho do pessoal não docente;		Construção, requalificação, manutenção e conservação das infraestruturas escolares;
Gestão do calendário escolar;	Definição de componentes curriculares de base local, em articulação com as escolas;	Recrutamento de pessoal para projetos específicos de base local;		Seleção, aquisição e gestão de equipamentos escolares, mobiliário, economato e material de pedagógico.
Gestão dos processos de matrículas e de colocação dos alunos;	Definição de dispositivos de promoção do sucesso escolar e de estratégias de apoio aos alunos, em colaboração com as escolas;			
Gestão da orientação escolar;				
Decisão sobre recursos apresentados na sequência de instauração de processo disciplinar a alunos e aplicação de sanção;				
Gestão dos processos de ação social escolar;				

competências elencadas supra. Assim, há sempre pelo menos uma entidade responsável pela execução da tarefa/competência e as restantes poderão ser consultadas ou apenas informadas, dependendo do que ficou estabelecido em cada Contrato.

A celebração destes Contratos gerou bastante controvérsia uma vez que os órgãos de Administração e Gestão das Escolas não tinham de ser formalmente ouvidos sobre a assinatura deste contrato, ainda que afete e responsabilize os Agrupamentos de Escolas e Escolas Não Agrupadas nas diversas competências a delegar. Da mesma forma, o facto de alguns Conselhos Gerais das escolas terem votado contra este Programa e ainda assim o Município que integram ter seguido com a sua intenção de Descentralização, incluindo essas escolas nesse processo (como foi o caso do Município de Matosinhos, por exemplo) pode levantar algumas questões de ordem ética.

Outro dos fatores contestados neste processo prende-se com o facto de no Contrato de Educação e Formação Municipal (CEFM) também existirem transferência de competências das Escolas para o Município (condicionando a sua autonomia) e não apenas da Administração Central, para a Administração Local, o que contraria um dos principais propósitos do Programa que é aproximar o poder de decisão do local, atribuindo aos parceiros locais maior autonomia na tomada de decisões. A competência atribuída aos Municípios de definirem o currículo local, que corresponderá até a 25% do currículo a ser ensinado, em articulação com as escolas, é uma das mais polémicas.

Numa consulta realizada por sete organizações sindicais, 52.533 docentes e educadores, de um universo de 53.696 que se pronunciou sobre a municipalização, manifestaram uma posição negativa face a este Programa, segundo dados do Secretariado Nacional da FENPROF, em 2015. Nos quinze concelhos que celebraram contratos de delegação de competência, a tendência nacional manteve-se:

Águeda, 99% dos docentes que participaram na consulta disseram não à municipalização; Amadora, 94%; Batalha, 85%; Cascais, 98%; Crato, 100%; Maia, 98%; Matosinhos, 96%; Mealhada, 96%; Óbidos, 97%; Oeiras, 91%; Oliveira de Azeméis, 98%; Oliveira do Bairro, 96%; Sousel, 91%; Vila Nova de Famalicão, 95%, Vila de Rei, 84% (FENPROF, 2015).

É de referir que estava previsto que uma Comissão de Acompanhamento reunisse semestralmente para avaliar o PAE, mas após as eleições autárquicas de 2017, ainda que os vários Contratos não tenham sido denunciados, esse acompanhamento deixou de ser realizado formalmente, com a presença de membros do Ministério da Educação.

Genericamente, é na organização financeira e nos recursos humanos onde há mais evidências da execução deste Programa, uma vez que a delegação de competências no domínio pedagógico não se concretizou na totalidade, com o MEC a concentrar em si competências que através do Contrato Interadministrativo tinham sido delegadas nos Municípios, ficando assim aquém dos seus propósitos.

2.3.2. O Decreto-Lei n.º 21/2019

No dia 30 de janeiro, foi publicado o Decreto-Lei n.º 21/2019 que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da educação.

As competências mencionadas referem-se ao plano de transporte escolar, rede da oferta de educação, construção, requalificação e modernização de edifícios escolares, equipamento, conservação e manutenção de edifícios escolares, apoios e complementos educativos e gestão de pessoal não docente.

Neste diploma está previsto que estas competências entrem em vigor a partir de janeiro de 2021, ocorrendo até lá um período de adaptação no qual as Autarquias, Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas podem deliberar aceitar ou não a transferência de competências referentes aos anos 2019 e 2020.

Dessa forma, percebe-se que a estratégia política na educação nos próximos anos envolverá uma transformação das relações entre o Estado e a educação, na medida em

que algumas das suas competências serão executas pelos municípios e/ou entidades intermunicipais/áreas metropolitanas.

Face a este cenário, percebe-se que as medidas descentralizadoras devem procurar, essencialmente que “a ação dos atores deixe de ser determinada por uma lógica de submissão, para passar a subordinar-se a uma lógica de implicação”⁴⁷, para que contribuam para uma melhoria qualitativa da educação.

De acordo com Fernandes⁴⁸, o Município tem um importante papel a desempenhar na conceção e implementação de um “projecto educativo comum à escola e ao Território”⁴⁹, uma vez que consegue ter uma visão mais abrangente do Território educativo e possui competências que lhe permitem ter um papel mais ativo na definição das políticas públicas⁵⁰. Na mesma lógica, as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas, ao conseguirem ter uma visão mais abrangente do território, das suas potencialidades e necessidades, poderão dar um contributo muito relevante a este processo.

Notas finais

Os debates a que se têm assistido nos últimos anos acerca de políticas de administração centralizadoras e descentralizadoras, apontam para a necessidade da existência de diretrizes definidas a nível nacional e, simultaneamente para a importância do local na definição de respostas de proximidade, adequadas ao contexto onde se inserem. Assim, compreende-se que as políticas centralizadoras e de descentralização coexistem.

As Autarquias, a par de outros atores, passaram a desempenhar um papel muito relevante no campo educativo, traduzindo-se, como já tivemos oportunidade de mencionar, na delegação de competências para os Municípios, bem como na celebração de contratos de autonomia com as escolas.

Neste processo importa destacar três fases. Entre 1976 e 1986, o Município desenvolvia um serviço periférico de apoio à educação infantil e básica obrigatória. Com o aparecimento da Lei de Bases do Sistema Educativo, o Município passa a ser perçecionado como “um parceiro privado com uma função supletiva em relação ao sistema educativo público”⁵¹. A participação pública na promoção e coordenação local das políticas educativas marca a atual fase de intervenção municipal.

Com o intuito de aproximar as comunidades locais do poder de decisão foi criado o projeto-piloto Programa Aproximar Educação, que articula a intervenção dos Municípios, com as escolas, com os encarregados de educação e com a comunidade, no geral.

Consideramos que o PAE ficou aquém do que prometia ao não permitir que escolas e municípios assumissem maior autonomia no domínio pedagógico. Parece que este processo consistiu sobretudo numa desburocratização do Estado ao delegar competências ao nível da organização financeira das escolas e da gestão dos recursos humanos.

⁴⁷ BARROSO, João – *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996. 91 p. ISBN 972-729-019-1. p. 11.

⁴⁸ FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e... p. 253.

⁴⁹ MACHADO, Joaquim – “A gestão local... p. 25.

⁵⁰ FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e... p. 253.

⁵¹ FERNANDES, António Sousa – *Descentralização da Administração Educacional...* p. 3.

Ainda assim, e atendendo ao facto de estar a surgir uma nova vaga descentralizadora, o PAE pode ter sido um teste interessante à articulação entre os Agrupamentos de Escolas e as Autarquias que executaram o Programa, bem como à possibilidade do poder local se assumir como um parceiro do poder central na coordenação e execução de políticas educativas na divisão de competências e responsabilidades. Isto porque, de acordo com José Matias Alves, numa conferência da Universidade Católica do Porto, citado por Freitas (2015: 79-80), “o espaço público da educação só faz sentido se ele for deliberativo, ou seja, não basta atribuir responsabilidades às diversas entidades, é necessário que elas tenham capacidade de decisão sobre os assuntos educativos”.

Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 21/2019 consagra a transferência de uma série de competências para os municípios, entidades intermunicipais e áreas metropolitanas. Este diploma pretende promover uma partilha harmoniosa de responsabilidades entre os parceiros locais (entidades intermunicipais/áreas metropolitanas, autarquias, juntas de freguesia e escolas), auspiciando promover a autonomia das instituições e potenciando o poder local na tomada de decisões.

Uma das preocupações presentes sempre que se fala em programas de descentralização na educação prende-se com os receios da municipalização e perda de autonomia das escolas. Teme-se a intrusão de outras entidades dentro da escola e a sua ação, especialmente no que se refere aos domínios pedagógicos e curriculares e na gestão de pessoal.

No entanto, parece-nos que se as entidades tiverem o seu papel bem definido e perceberem as vantagens de trabalharem em conjunto em prol do território, podem originar projetos criativos e inovadores, adequados ao local e que possam realmente surtir efeito no meio educativo. Da mesma forma, as entidades intermunicipais poderão potenciar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e em rede definir estratégias ajustadas à realidade local.

Referências

- BARROSO, João – *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Ministério da Educação, 1996. 91 p. ISBN 972-729-019-1
- BARROSO, João – “A escola entre o local e o global – perspectivas para o século XXI: o caso de Portugal”. In BARROSO, João (Ed.) – *A escola entre o local e o global: perspectivas para o século XXI*. Lisboa: Educa, 1999. ISBN 972-8036-23-X. p. 129-142.
- COMISSÃO DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO DO EQUIPAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO – *Descentralização, Regionalização e Reforma Democrática do Estado*. Lisboa: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, 1998. 181 p. ISBN 972-97850-0-7.
- FERNANDES, António Sousa – *Descentralização da Administração Educacional: A Emergência do Município como Interventor Educativo*. Lisboa, Congresso do Fórum Português de Administração Educacional, 2003.
- FERNANDES, António Sousa – “Município, cidade e Territorialização educativa”. In COSTA, Jorge Adelino; NETO-MENDES, António e VENTURA, Alexandre – *Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004. ISBN 972-789-145-4. p. 35-43.

- FERREIRA, Fernando – *O local em Educação: animação, gestão e parceria*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. 575 p. ISBN 972-31-1135-7.
- FORMOSINHO, João – “Centralização e Descentralização na administração da escola de interesse público”. In FORMOSINHO, João *et al.* (Org.) – *Administração da Educação: Lógicas Burocráticas e Lógicas de Mediação*. Porto: Asa, 2005. ISBN 979-989-8366-77-1. p. 13-52.
- FREITAS, Maria Agostinha Ribeiro – *Municipalização da Educação?: O PROGRAMA APROXIMAR*. Porto: Politécnico do Porto, 2015. 119 p.
- LEITE, Carlinda – “A Territorialização das políticas e das práticas educativas”. In LEITE, Carlinda (org.) – *Mudanças curriculares em Portugal: Transição para o século XXI*. Porto: Porto Editora, 2005. p. 15-32.
- LIMA, Licínio – “O Programa “Aproximar Educação”, os municípios e as escolas: Descentralização democrática ou desconcentração administrativa”: Revista Questões atuais de Direito Local. N.º 05 (2015) p. 7-24.
- MACHADO, Joaquim; ALVES, José Matias – *Município, Território e Educação: a Administração Local da Educação da Educação e da Formação*. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2014. 84 p. ISBN 978-989-8366-77-1.
- MACHADO, Joaquim – “A gestão local da educação escolar”: Revista Portuguesa de Investigação Educação. N.º 15 (2015) p. 11-34.
- PARECER DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES (2015). *Municipalização da educação merece enorme rejeição dos professores*. Consultado em 13 de junho de 2017.
- PEREIRA, Fernanda Natália Lopes – *A municipalização da educação num concelho do nordeste transmontano* – Universidade Aberta, 2011.
- PINHAL, João. – “Os municípios e a provisão pública de educação”. In COSTA, Jorge Adelino; NETO-MENDES, António e VENTURA, Alexandre – *Políticas e Gestão Local da Educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004. p. 45-60.
- PINHAL, João – “A Intervenção do Município na Regulação Local da Educação”. In BARROSO, João *et al.* – *A Regulação das Políticas Públicas de Educação: Espaços, Dinâmicas e Actores*. Universidade de Lisboa: Educa/Unidade de I & D de Ciências da Educação, 2006. p. 100-128.